



## A UTILIZAÇÃO E O CONHECIMENTO SOBRE AS FERRAMENTAS GERENCIAIS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

Renata Rosa Apostolidis <sup>1</sup>  
Simone Silva da Cunha Vieira <sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo objetiva identificar o nível de conhecimento e a aplicação das informações extraídas das ferramentas gerenciais na tomada de decisão em micro e pequenas empresas no município de Paty do Alferes, RJ, como também busca identificar se as prestadoras de serviços contábeis locais as oferecem, e a percepção sobre o preparo dos contadores para essa demanda de serviço. A pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa, de levantamento ou entrevista e descritiva. As entrevistas se operacionalizaram por meio de questionário fechado contendo 14 questões e 20 respondentes foram validados. Os resultados obtidos demonstram que cerca de 55% das empresas pagam pelos serviços gerenciais prestados pelos seus contadores, no entanto 65% não conhecem as utilidades que as informações obtidas através das ferramentas gerenciais podem auxiliar na tomada de decisão do negócio. Além disso, sobre a visão dos tomadores do serviço a respeito do preparo dos contadores locais para essa demanda, identificou-se que cerca de 65% dos entrevistados afirmam que sim, os contadores locais estão preparados. Conclui-se que o desconhecimento acerca dessas ferramentas gerenciais é a principal causa da não utilização e pela pouca relevância atribuída a esse tipo de serviço.

**Palavras-chave:** Contabilidade gerencial, Prestadoras de Serviços Contábeis, Micro e pequenas empresas.

### INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas, em sua maioria, não utilizam a contabilidade gerencial para gestão do negócio (SOUZA; RIOS, 2011). Portanto, a principal causa da mortalidade das micro e pequenas empresas é a falta de informação de mercado e de planejamento estratégico (AMARAL; OLENIKE; AMARAL, 2013). A partir desse contexto, o objetivo desse estudo é mensurar o nível de conhecimento e as utilizações das ferramentas gerenciais para fins de tomada de decisão em micro e pequenas empresas,

---

<sup>1</sup> Graduada do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [reapostolidis@hotmail.com](mailto:reapostolidis@hotmail.com);

<sup>2</sup> Doutora pelo Curso de Controladoria e Contabilidade FEA/USP. Professora da Faculdade de Administração e Finanças – UERJ. [simoneantonio@uol.com.br](mailto:simoneantonio@uol.com.br)



além de identificar a percepção sobre o preparo dos contadores para a prestação desses serviços.

Os MEI e as micro empresas representam cerca de 86,2 % do total de empresas operantes no Estado do Rio de Janeiro. No município de Paty do Alferes, Rio de Janeiro, cerca de 72,3% das empresas operantes, estão classificadas como MEI, e 19,2% são micro empresas. (SEBRAE 2016).

## **METODOLOGIA**

Este artigo tem abordagem quantitativa-qualitativa, e também foi empregada a técnica da pesquisa bibliográfica. Também se classifica como descritiva, pois há uma análise aprofundada e com isso é avaliado os dados obtidos e descrito as possíveis relações entre os resultados antes puramente numéricos e estatísticos (BEUREN, 2006). Com isso, a pesquisa descritiva descreve as características dos respondentes e das MPEs com relação a utilização das ferramentas contábeis gerenciais, sendo apresentadas análises e relações entre os resultados obtidos.

Os procedimentos técnicos estão baseados na pesquisa a partir de entrevistas por meio de questionário fechado, aplicado durante o primeiro semestre de 2019. A pesquisa através de entrevistas interroga pessoas diretamente, das quais se deseja conhecer o comportamento. Esse procedimento acontece através da solicitação de informações e assim é gerado uma amostra, e a partir dessa amostra é feita uma análise quantitativa, possibilitando as conclusões (GIL, 2002).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

As micros e pequenas empresas no Brasil são regulamentadas pela Lei Complementar nº 123/2006. Essa lei tem como proposta um tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para esse setor. (SEBRAE, 2018).

Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento e a competitividade da micro e pequena empresa e do microempreendedor individual, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia. (SEBRAE, 2018)



O benefício trazido por esta lei, com a exceção do tratamento tributário diferenciado, abrange os produtores rurais, as pessoas físicas e ao agricultor familiar.

Na Lei Geral está descrito a classificação das empresas de acordo com a renda bruta anual (SEBRAE, 2018).

<b>Classificação dos Negócios Com Base na Receita Bruta Anual</b>	
Microempreendedor Individual	R\$81.000,00
Microempresa	R\$360.000,00
Empresa de Pequeno Porte	R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00

Por meio da Lei complementar 123/2006 foi instituído um regime tributário específico para os pequenos negócios, além disso, conta com o cálculo do imposto e o regime de recolhimento simplificado. (SEBRAE 2019). O critério para as empresas se enquadrarem nesse regime de tributação é ter um teto de faturamento de R\$ 4,8 milhões. Nas micro e pequenas empresas o regime de recolhimento engloba oito impostos (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IPI, CPP, ICMS e ISS) em uma única guia. (SEBRAE, 2018). Os valores entre R\$3,6 milhões e R\$4,8 milhões o ISS e ICMS tem o recolhimento de forma integral no regime normal.

O microempreendedor individual possui somente três impostos a recolher (CPP, ICMS e ISS). O recolhimento desses impostos é efetuado em valor mensal fixo, e independe de sua receita bruta. O MEI é isento dos demais impostos. (Sebrae 2018).

As ferramentas gerenciais servem como auxílio para a tomada de decisões. Elas impactam diretamente a tomada de decisão por parte da gestão empresarial, e seu grau de utilização varia de acordo com a necessidade de aplicação (CREPALDI, 2012). Se as MPES tivessem acesso a essas ferramentas, seria mais fácil o exercício da atividade e decisões estratégicas.

A necessidade de um bom planejamento estratégico e um controle efetivos das operações surgem a partir dos controles gerenciais (PADOVEZE, 2010). Esses controles possuem importância significativa para várias atividades empresariais, pois servem como instrumento de acompanhamento de operações como vendas, estoque, receitas, despesas e custos. (LAUDON, 2001).



Os controles dos indicadores financeiros permitem às empresas prevenir, antecipar e influenciar resultados futuros.

As micro e pequenas empresas não utilizam muito esses indicadores de controle devido à falta de clareza e instrução de aplicação, porém se as utilizassem seriam de grande importância para monitoramento das atividades exercidas.

O orçamento é um mecanismo que abrange análise de diversos setores e aspectos, através da projeção de valores (PADOVEZE, 2010). Sua aplicação nas micro e pequenas empresas pode ser vantajosa para o micro e pequeno empresário, pois eles podem obter uma visão do futuro da empresa e com isso podem pensar e planejar estratégias para refletir nas atividades como um todo, projetando vendas, despesas, investimentos, reorganizar atividades afim de buscar a projeção do orçamento planejado. (LIMA; SOUSA, 2013).

O ponto de equilíbrio realiza os cálculos em termos de volume, valor monetário ou em percentual de ocupação para que a empresa consiga atingir o nível mínimo de operações necessárias para não obter prejuízo. (DUTRA, 2010; SOUZA, RIOS, 2011). Esse instrumento auxilia na análise e no estudo das relações entre os custos fixos, variáveis, volume de venda e lucro para fins de aumentar o nível para suprir os custos fixos operacionais. Essa ferramenta dentro das micros e pequenas empresas faz com que o administrador enxergue através do cálculo do ponto de equilíbrio a quantidade mínima que precisa vender para se obter lucro. Existem três pontos de equilíbrio: o ponto de equilíbrio contábil, o econômico e o financeiro. No ponto de equilíbrio contábil, as receitas se igualam aos custos e despesas. O ponto de equilíbrio financeiro desconsidera valores que não representam desembolso de capital. E o ponto de equilíbrio econômico indica uma receita que cobre custos e despesas e garante um lucro mínimo que a empresa deseja obter.

A margem de segurança visa demonstrar para o gestor do negócio o quanto pode diminuir as vendas sem que prejudique a lucratividade (BORNIA, 2009). Esta margem é em percentual ou em valores monetários (DUTRA, 2010).

A formação de preços, para definir o preço final do produto, pode não ser com base nos cálculos dos custos, mas sim, na competitividade do mercado. Porém Werne (2008), tem uma visão oposta: ele diz que os fatores internos servem como orientação

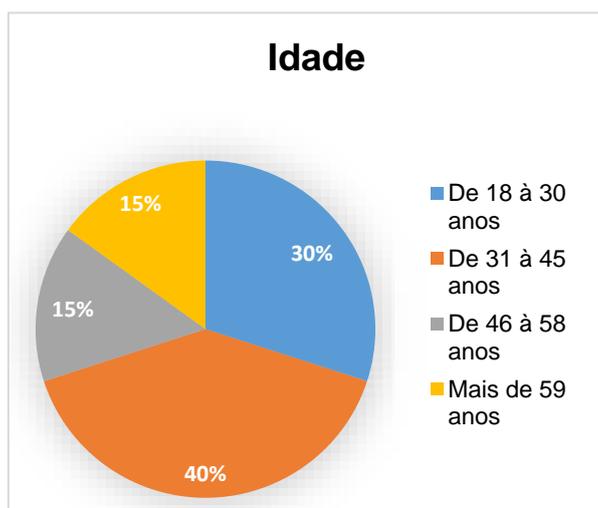


para se definir o preço mínimo pelo qual a empresa deve vender seus produtos, ou seja, os custos e outros fatores internos tem participação no cálculo.

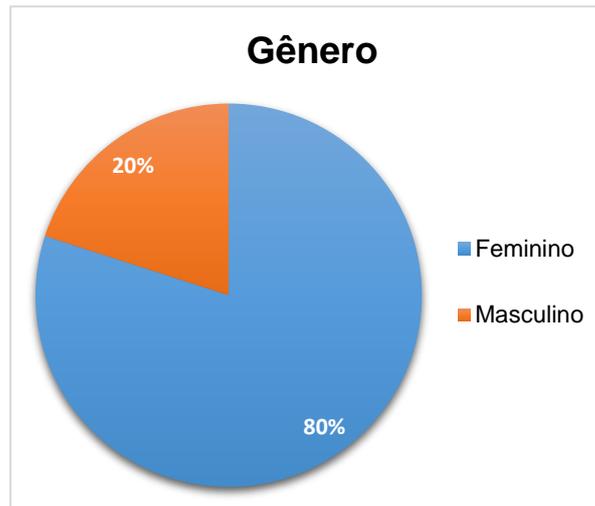
A análise dos custos utiliza dos princípios básicos da contabilidade geral para registro dos custos relacionados ao negócio. As empresas podem utilizar as informações financeiras e contábeis para elaborar os custos com a distribuição de mercadorias, por exemplo. Essa ferramenta serve como auxílio nas estratégias, pois é indispensável nas decisões e tarefas gerenciais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

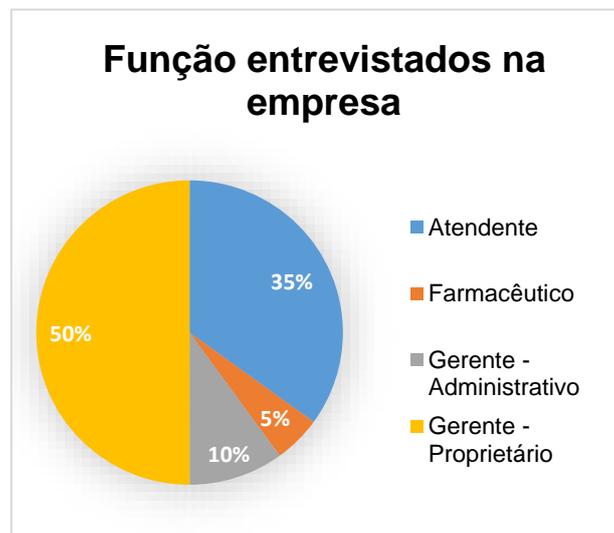
A idade que prevalece entre os entrevistados se encontra na faixa etária de 31 a 45 anos (40%) e de 18 a 30 anos (30%).



O gênero predominante é o feminino, com cerca de (80%) dos entrevistados.

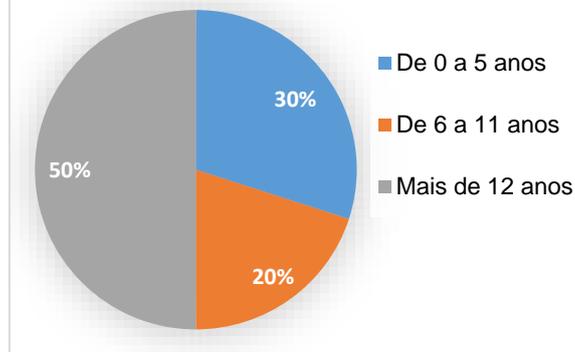


A função desempenhada pelos gestores e também proprietários é equivalente a 50%. Lemes Júnior e Pisa (2010) dizem que há predominância em empresas familiares de proprietários que exercem papel de gerência nos negócios.



Com relação ao tempo de atividade das empresas no mercado, cerca de 50% das entrevistadas possuem mais de 12 anos de existência e cerca de 30% na faixa dos 0 a 5 anos. Segundo Amaral, Olenike e Amaral (2013), 63% das empresas não sobrevivem aos seus 10 primeiros anos, portanto com essa referência, destaca-se que 50% das empresas possuem mais de 12 anos, com isso elas possuem certa estabilidade e maturidade.

### Tempo de atuação da empresa no mercado

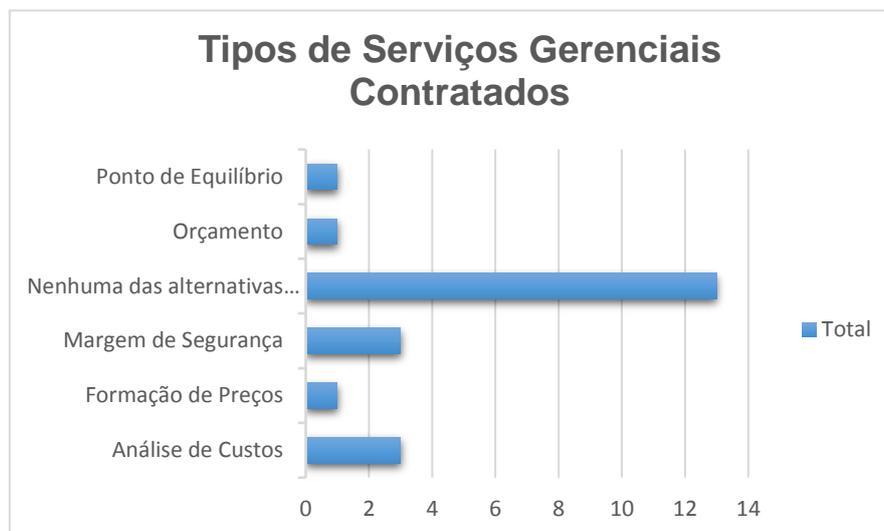
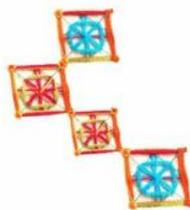


Outra questão levantada na pesquisa é o fato das empresas possuírem ou não contadores. O levantamento demonstra que cerca de 80% das empresas entrevistadas possuem contadores, apesar dessa porcentagem ser predominante, existe uma parcela de 20% que opta por não possuir contador.

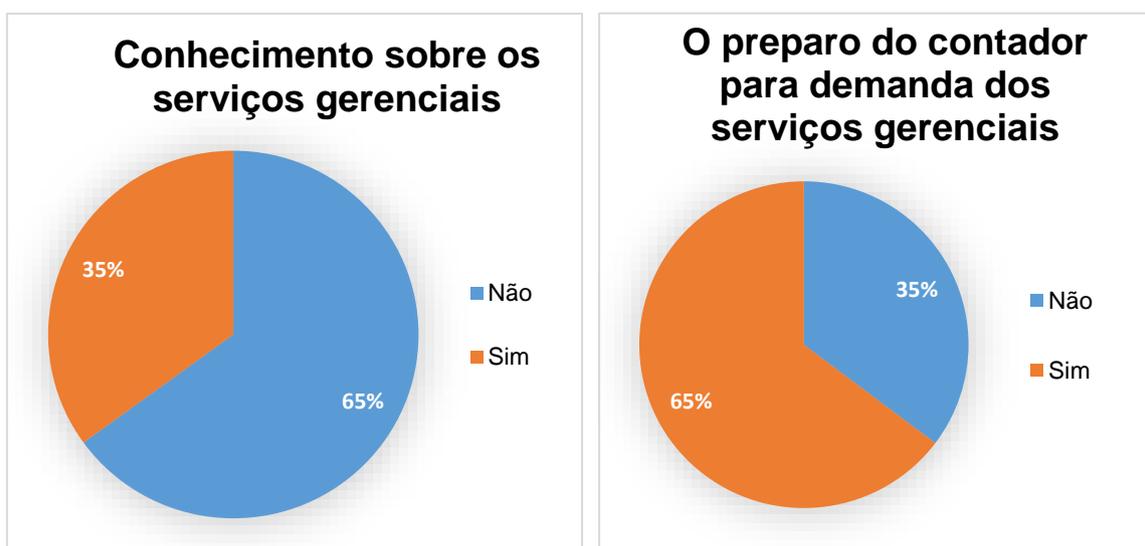
### A empresa possui contador



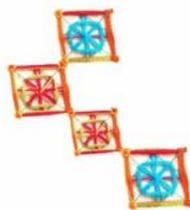
Com relação aos tipos de serviços gerenciais que as empresas contrataram: a margem de segurança 14% e a análise dos custos 14% obtiveram maior preponderância entre as demais ferramentas gerenciais. Porém, cerca de 59% dos entrevistados afirmaram que não utilizam as ferramentas gerenciais oferecidas por seus contadores.



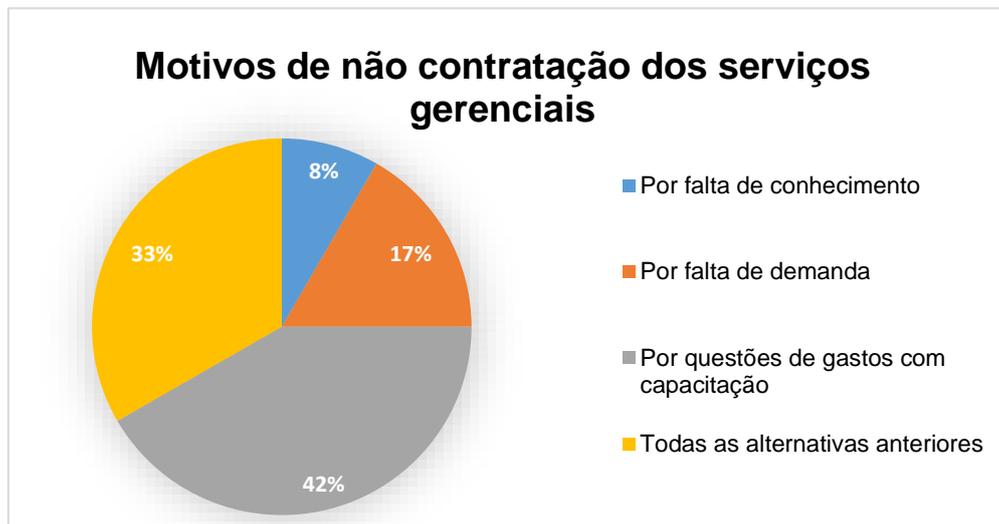
Com relação ao conhecimento sobre os instrumentos gerenciais, cerca de 65% dos entrevistados não conhecem esse tipo de serviço que auxilia na tomada de decisão. Outro aspecto é a opinião dos entrevistados sobre se os contadores locais estariam preparados caso eles solicitassem os serviços gerenciais. Cerca de 65% afirmam que sim, os contadores locais estão prontos para a demanda dos serviços.



Os 35% dos entrevistados que responderam que os contadores não estariam preparados para demanda dos serviços gerenciais, conforme gráfico anterior, também opinaram sobre os motivos pelos quais os contadores locais não oferecem esse tipo de



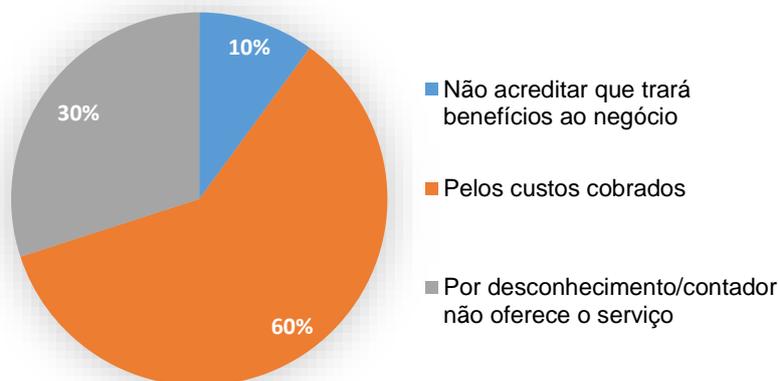
serviço. Foi apurado que cerca de 42% acham que por questões de gastos com capacitação dos funcionários, as prestadoras de serviços contábeis não oferecem os serviços.



Sobre a contratação dos serviços gerenciais, cerca de 75% dos entrevistados afirmam que sim, contratariam esse tipo de serviço. Já os 25% restantes acham que o motivo pelo qual não contratam os serviços gerenciais seriam os custos extras.

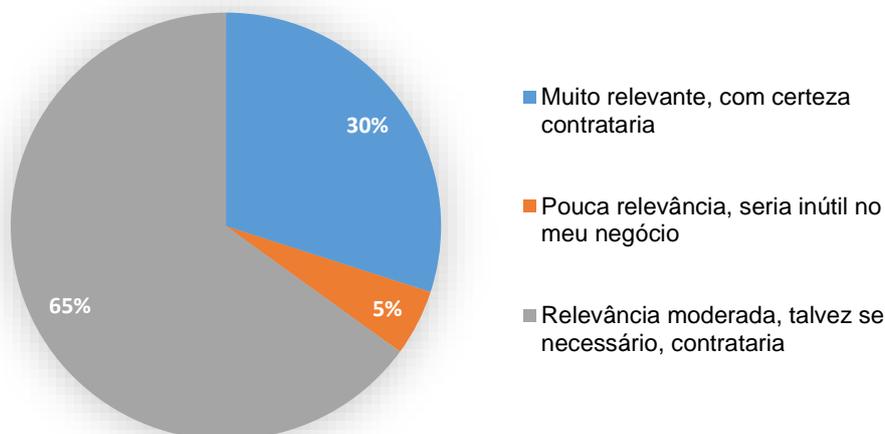


### Motivos de não contratação dos serviços gerenciais



O estudo revela que 65% dos entrevistados concordam que os instrumentos gerenciais na tomada de decisão possuem uma relevância moderada, mas que caso seja necessário no negócio, eles não hesitariam em contratá-los. Outros 30% já acham que esse tipo de ferramenta é muito relevante e com certeza contratariam. Portanto, conclui-se que a minoria, apenas 5%, afirmam que esses instrumentos possuem pouca relevância e que seriam inúteis em seu negócio.

### Relevância aos serviços gerenciais





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetiva identificar o nível de conhecimento e a aplicação das informações extraídas das ferramentas gerenciais na tomada de decisão em micro pequenas empresas.

A partir disso, os resultados obtidos demonstram que cerca de 55% das empresas pagam pelos serviços gerenciais prestados pelos seus contadores, no entanto 65% não conhecem as utilidades que as informações obtidas através das ferramentas gerenciais podem auxiliar na tomada de decisão do negócio. Além disso, o estudo busca identificar a visão dos tomadores do serviço a respeito do preparo dos contadores locais para essa demanda, e cerca de 65% dos entrevistados afirmam que sim, os contadores locais estão preparados. O desconhecimento acerca das ferramentas gerenciais para a tomada de decisões é a principal causa da não utilização e pela pouca relevância atribuída a esse tipo de serviço.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, G. L.; OLENIKE, J. E.; AMARAL, L. M. F. Causas de Desaparecimentos das Micro e Pequenas Empresas. IBPT, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/701/CausasDeDesaparecimentoDasMicrosEPequeenasEmpresas.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

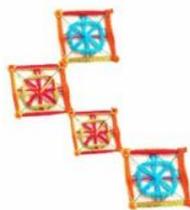
CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DUTRA, R. G. **Custos: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Gerenciamento de Sistemas de Informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2001.

LEMES JÚNIOR, A. B.; PISA, B. J. **Administrando micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.



LIMA, L. J. A.; SOUSA, L. S. A importância das ferramentas contábeis gerenciais para a continuidade e otimização das atividades das micro e pequenas empresas: uma pesquisa de campo na Feira da Oito de Maio em Icoaraci – Belém (Pa). **Amazônia em Foco**, Castanhal, v. 2, n. 3, p. 117-138, jul./dez. 2013.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 2010.

SEBRAE NACIONAL 2018. Lei Geral Das Micro e Pequenas Empresa <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/lei-geral-completa-10-anos-e-beneficia-milhoes-de-empresas,baebd455e8d08410VgnVCM2000003c74010aRCRD>> Guimarães Neto, Oscar **Análise de Custos** – Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.

SEBRAE NACIONAL 2019. Lei Geral Das Micro e Pequenas Empresa. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-emei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>> Em 30/05/2019.

SEBRAE NACIONAL 2016. Painel regional: Costa Verde / Observatório Sebrae/RJ. -- Rio de Janeiro : SEBRAE/RJ, 2016.

SOUZA, R. A. R.; RIOS, R. P. Contabilidade Gerencial como Ferramenta para Gestão Financeira nas Microempresas: Uma Pesquisa no Município de São Roque-SP. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, São Roque, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2011.

WERNKE, R. **Gestão de custos**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2008. 176 p.